Morrem os peixes, ficam as versões

Causas das mortandades no rio São Francisco, em Três Marias, geram polêmica

Carolina Silveira e Humberto Santos
Jornalista e estudante de Comunicação Social da UFMG

A lógica (ou não lógica) do pensamento humano de esperar o pior para depois agir resultou em mais um desastroso exemplo. O Velho Chico foi cenário de uma mortandade de peixes na região de Três Marias (276 Km de BH), local em que a degradação do rio já é conhecida de velha data.

As mortandades tiveram início no final de 2004 e se estenderam até setembro de 2005, totalizando, segundo dados da Polícia Militar do Meio Ambiente de Três Marias, 12 episódios. Durante esse período, a Fepesca (Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais) estima que 25 toneladas de peixes teriam morrido. Peixes de mais de um metro foram encontrados mortos, o que nunca havia acontecido, segundo os pescadores.

Os órgãos ambientais e o Ministério Público foram acionados. Mas, a falta de parâmetros e estudos anteriores sobre o rio dificultam a determinação das causas. Há, agora, uma grande mobilização para tentar entender não apenas o que teria acontecido, mas o próprio rio. E as versões se acumulam.

O São Francisco sofre uma série de impactos em sua passagem pela região de Três Marias. Ele recebe todo o esgoto do município, de cerca de 25.000 habitantes. Além disso, a construção da represa da Cemig (Companhia Enérgica de Minas Gerais), finalizada em 1961, ocasionou significativas mudanças no regime do rio. A água sai da parte mais baixa do reservatório e, por isso, possui temperatura abaixo do normal.

Outro impacto foi causado pela Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim, que começou a operar na região em 1969. Todo o rejeito da produção de zinco foi despejado diretamente no São Francisco durante mais de uma década. A construção da primeira barragem de rejeitos foi feita em 1983, mas com uma série de problemas, como a proximidade com o rio e, dessa forma, rejeitos continuaram a chegar ao São Francisco. A segunda barragem, construída em 2002, também apresenta problemas. Ela está sobre uma área de nascentes.

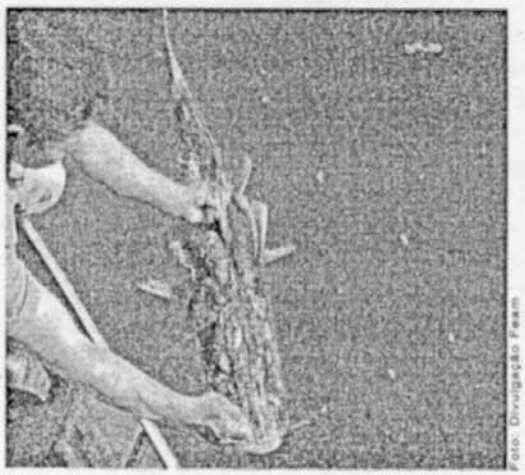
Foto: Divulgação Feam

Mortandades e medo de contaminação prejudicam comércio da região

E é possível apontar responsáveis para as mortandades? É o que o Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), que engloba o IEF (Instituto Estadual de Florestas), o Igam (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) e a Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente) está tentando fazer. O laudo assinado pelos órgãos e divulgado em setembro de 2005 chegou a apontar que "a principal causa mortis dos peixes foi devida à asfixia promovida pela precipitação de muco nas guelras induzida por metais pesados e por intoxicação do fígado por substâncias tóxicas provenientes de poluição industrial introduzida nos animais por ingestão e absorção cutânea".

Segundo esse mesmo laudo, esses metais pesados teriam sido disponibilizados na água em função do revolvimento do fundo do rio, causado pela abertura dos vertedouros da barragem de Três Marias. A abertura, que não ocorria há oito anos, foi necessária em função do grande volume de chuvas e aconteceu por duas vezes entre o período de janeiro a março de 2005. O volume chegou a 1.800 m^3/s. O laudo também aponta que o esgoto da cidade poderia ter potencializado as ocorrências.

Diante das contestações da Votorantim e dos questionamentos do próprio Sisema, os órgãos ambientais estão aprofundando os estudos para divulgar um novo relatório, previsto para o final de março. Segundo Ricardo Barbosa, gerente coorporativo de meio ambiente da empresa, a Votorantim não nega o impacto ambiental causado à região, mas não aceita que a morte dos peixes seja associada a esse impacto. Para ele, "esse é um trabalho complexo e em uma análise não é possível determinar a causa das mortandades".

"Sei que existe uma ansiedade grande por uma solução rápida, mas fatos como esse precisam ser avaliados e analisados para darmos informação correta", afirma o presidente da Feam, Ilmar Bastos. Mas alguns pescadores da região são enfáticos: "estou aqui vendo a empresa matar peixes desde 69", afirma o pescador Norberto dos Santos.

Eles ainda temem que o poder da empresa possa dificultar os trabalhos. "O prato nobre do São Francisco (surubim) acabou e se não fizéssemos pressão em cima dos órgãos ambientais nada seria feito", diz Raimundo Ferreira, presidente da Fepesca. O Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, afirma, entretanto, que "o Estado até agora não deixou de tomar nenhuma decisão na área ambiental. As providências que terão que ser tomadas serão tomadas".

Foto: Carolina Silveira

Agora, a Votorantin realiza patrulhas diárias: peixes encontrados são marcados

Ações

Foi formada uma Rede de Cooperação Interinstitucional, com a participação de pescadores, dos órgãos ambientais, da Votorantin, dentre outros. Os resultados das pesquisas realizadas são compartilhados e discutidos. Além dos estudos dos órgãos ambientais, a empresa também contratou pesquisadores próprios. Uma ação sobre as mortandades está em processo no Ministério Público.

Acompanhe ações da Rede no site: www.tresmarias-mg.com.br

Dificuldades

As dificuldades para determinar as causas das mortandades não são exclusivas do episódio de Três Marias. Resultados satisfatórios dependem de métodos corretos de coleta, manuseio, armazenamento, transporte e análise das amostras. Além da coleta, é preciso observar características da água. A Polícia Militar do Meio Ambiente tem cumprido importante papel nesse processo.

Na bacia do Rio das Velhas, mortandades recentes, ocorridas entre os municípios de Jequitibá e Santo Hipólito, ressaltaram a necessidade de um monitoramento. As mortandades teriam acontecido no final de janeiro e início de fevereiro. A população chegou a coletar peixe e água em alguns locais, mas o procedimento não foi feito de forma correta, o que dificulta a determinação das causas.

Algumas pessoas entraram em contato com o Projeto Manuelzão, que acionou a Semad (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), do que resultou uma parceria com a Feam. Está em processo de elaboração um projeto de mobilização e capacitação das comunidades para que haja o monitoramento do rio.